

02.07.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Contemporaneus, associação para a promoção da arte contemporânea

Francisco Serôdio (Presidente da Direção e Diretor Artístico) e Vera Batista (Vice-Presidente da Direção).

Recebidos por: Deputadas Maria da Conceição Pereira (PSD, que presidiu à reunião) e Ana Sofia Bettencourt (PSD).

Assunto: Irregularidades no concurso de apoio direto anual e bienal 2015/2016 (área de música), promovido pela Direção Geral das Artes.

Exposição: A Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), que presidia à reunião, cumprimentou os representantes da Contemporaneus, associação para a promoção da arte contemporânea, indicou-lhe a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os representantes da Associação agradeceram a audiência e questionaram os resultados do concurso, tendo salientado que dos 6 apoios possíveis para a região, só tinham sido atribuídos 2.

Alegaram depois que entendiam terem-se verificado no concurso, em relação à apreciação da respetiva Associação, as seguintes irregularidades:

1. Não tinha sido valorizada a vertente internacional da Associação, por falha na plataforma da Direção Geral das Artes, que não permitiu o registo da informação pertinente;
2. Acusavam um dos membros do júri de parcialidade, por conflito de interesses;
3. Não tinha sido realizada a audiência dos interessados.

Referiram ainda que os resultados representavam a violação das assimetrias regionais e o júri não estava preparado para a avaliação dos projetos, criticando uns e atribuindo-lhe 28 pontos e em contrapartida não criticava o da Contemporaneus, mas tinha-lhe atribuído uma valorização mais baixa.

Indicaram ainda outras falhas graves;

1. O arrastamento do processo ao longo de 5 meses, realçando que o concurso que entretanto estava em curso se encontrava na mesma situação;
2. Não se percebia a escolha dos membros do júri;
3. O *site* da Direção Geral das Artes tinha estado inativo ao longo de meses e depois dos resultados do concurso tinha sido ativado;
4. Os resultados tinham sido homologados pelo Diretor Geral das Artes que se encontrava em funções ilegítimamente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Nesta sequência, indicaram que só pretendiam denunciar os factos e pediam a averiguação da situação. Enfatizaram ainda a relevância do papel da atividade cultural e a importância da atividade da Contemporaneus na economia local.

Interviu de seguida a Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), referindo que entendiam que o trabalho cultural era relevante, indicando que os critérios de avaliação das entidades da cultura tinham tido uma evolução ao longo dos anos e informando que o PSD tinha reforçado muitos setores e tinha preocupação em relação à área e à integração em toda a cadeia de valor.

Mencionou depois que iria investigar o que se tinha passado no concurso. Referiu ainda que tinha consultado o *site* da Contemporaneus e tinha verificado que mencionava as parcerias que possuíam, mas não os apoios da Direção Geral das Artes, embora informassem que os tinham, tendo pedido que justificassem essa situação.

A Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD) referiu que a área da cultura recebia muitos apoios transversais, de várias entidades e setores, incluindo apoios comunitários e considerou que a cultura era fundamental para a formação de um povo.

Perguntou depois se tinham apoio de autarquias e parcerias com as mesmas e se tinham explicitado isso no concurso ou não. Referiu ainda que já anteriormente a região parecia ter tido menos apoios, verificando-se mais concentração nas áreas urbanas, que também tinham mais possibilidade de receitas.

Por último, indicou que não teria havido audiência dos interessados, mas a Associação tinha apresentado uma reclamação, pedindo que concretizassem a situação.

Os representantes da Associação agradeceram a indicação de consulta do *site* e informaram que só tinham retirado a referência aos apoios da Secretaria de Estado da Cultura depois de conhecerem a falta de apoio, em face dos resultados do concurso em causa.

Defenderam depois que os apoios pontuais não resolviam a situação, contestaram a apreciação do júri e informaram que mantinham o seu rumo e tinham um projeto que consideravam vencedor. Informaram que anteriormente os concursos definiam o número de apoios por região e áreas culturais e propuseram que as Direções Regionais da Cultura tivessem mais poderes.

Esclareceram que tinham parcerias com muitas entidades, mas nalguns casos sem contratos, indicando que as autarquias não assinavam contratos em dezembro e não contratualizavam por mais de um ano e a Direção Geral das Artes não tinha aceitado parcerias sem contratos. Consideraram ainda que o júri tinha falta de conhecimento da situação e em relação ao país.

Referiram ainda que a cultura era onde era mais fácil cortar, sendo os orçamentos da área muito baixos. Em contrapartida, defenderam que a cultura contribuía para a não desertificação e gerava dinheiro, tendo retorno na região, tendo realçado que tinham espetáculos a que iam pessoas de Lisboa e do Algarve, pelo que pediam que se exigisse às entidades a existência de retorno.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Por último, referiram que tinham apresentado a reclamação em 4 de junho e ainda não tinham obtido resposta e informaram que não queriam a anulação do concurso, até por atenção aos restantes concorrentes, mas solicitavam a reponderação da situação.

A documentação remetida e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 02 de julho de 2015

A assessora
Teresa Fernandes